

MOEDAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

SOCIAL CURRENCIES AND DEVELOPMENT: A THEORETICAL DISCUSSION

Henrique Pavan Beiro de Souza

Henrique Pavan Beiro de Souza has a degree in Economics from the Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) and in History from Universidade de São Paulo (USP). He attended post graduate studies in Urban Economics and Public Management at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Master at Universidade Estadual Paulista (UNESP) and is currently attending a PhD in Human and Social Sciences at Universidade Federal do ABC (UFABC) where investigates the relationship between social currency and local development. Also is a professor of economics and finance at the Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).

Ramón Vicente Garcia Fernández

Ramón Vicente Garcia Fernandez holds a degree in Economics from the University of São Paulo (1981) and a PhD in Economics from the University of São Paulo (1992), with Post Doctorate at the University of Massachusetts - Amherst (1998-9). He was substitute professor in the Department of Economics of FEA / USP (1986-7), a professor at PUC-SP (1989-92), associate professor in the Department of Economics at UFPR (1993-2004) and the São Paulo School of Economics Getulio Vargas Foundation (FGV / EESP, 2004-11). Since March 2011 is a professor in the Engineering and Social Sciences Center (CECS) of the Universidade Federal do ABC (UFABC), also acting in the Program of post graduate Studies in Humanities and Social Sciences of the institution. Researches and teaches courses on the following topics: methodology of economics (especially in addressing the rhetoric of the economy); heterodox microeconomics or alternative (from the perspective of the original institutionalism, and influence of behavioral economics) and economic history.

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em sugerir um instrumental teórico para analisar o papel das moedas sociais no processo de desenvolvimento socioeconômico. Em se tratando de experiências de economia solidária altamente restritas do ponto de vista geográfico, as moedas sociais apresentam potencial eminentemente localizado de induzir o desenvolvimento. Ainda assim, uma revisão teórica permite apontar seus potenciais neste âmbito. Inicialmente, tratamos do papel da moeda nas questões do desenvolvimento, sobretudo no que se refere às desigualdades regionais. Neste ponto, as teorias pós-keynesianas acerca da endogeneidade monetária oferecem um cabedal de pressupostos teóricos importantes, na medida em que esmiúçam o papel da moeda no sistema econômico, apontando-a como relevante na determinação da demanda agregada. A partir daí, procuramos

relaci
onar tal arcabouço no âmbito das moedas sociais, dialogando de forma a enxergar a validade da teoria monetária pós-keynesiana para esta realidade. Por fim, para além de questões monetárias ou meramente econômicas, procura-se situar o estudo das moedas sociais numa discussão contemporânea acerca do desenvolvimento, discussão esta que coloca em evidência aspectos sociais e, por assim dizer, humanos da economia. Neste ponto discute-se como as moedas sociais podem empoderar indivíduos e comunidades, criando um substrato de confiança, coesão e de capital social que permite potencializar também os aspectos materiais do desenvolvimento.

Palavras-chave: Moedas sociais. Desenvolvimento. Economia solidária.

Abstract

The objective of this study is to suggest a theoretical tool to analyze the role of social currency in the socioeconomic development process. In terms of solidarity economy experiences highly restricted within a geographic point of view, social currencies have, eminently, located potential to induce development. Still, a theoretical review permits to point their potential in this area. Initially we write about the role of money in development issues, particularly with regard to regional inequalities. At this point, the post-Keynesian theories of monetary endogeneity offer many important theoretical assumptions, to the extent that they scrutinize the role of money in the economic system, indicated as relevant in determining the aggregate demand. From there, we try to relate this framework in the context of social currency, dialoguing in order to see the validity of the post-Keynesian monetary theory to this reality. Finally, in addition to monetary or merely economic issues, we try to place the study of social currency in contemporary discussion about the development, discussion this that highlights social and, as it were, human issues of the economy. At this point it is discussed how social currencies can empower individuals and communities, creating a substrate of trust, cohesion and social capital that allows also to enhance the material aspects of development.

Keywords: Social currencies. Development. Solidarity economy.

1 Introdução

Este artigo se propõe a apresentar uma análise teórica sobre a relação entre moedas sociais e desenvolvimento. Moedas sociais caracterizam-se por serem arranjos locais nos quais algumas pessoas, tipicamente de uma mesma comunidade, decidem utilizar uma moeda paralela ao meio circulante nacional. Em geral as moedas sociais são encontradas em duas formas: *Local Exchange Trading Systems (LETS)* e bancos de tempo. No primeiro caso, a moeda é emitida por um órgão central. Geralmente, tais moedas possuem alguma forma de controle por parte da comunidade e possuem aceitação e credibilidade entre os membros da localidade. Já os bancos de tempo funcionam coordenando a troca de créditos medidos em

horas

de trabalho pela prestação de serviços básicos. Por serem majoritariamente oriundos de movimentos sociais caracterizados por uma posição de esquerda, sua visão de mundo leva a uma equalização do valor dos trabalhos prestados, avaliados exclusivamente pela duração dos serviços, independentemente de supostas diferenças de capital humano e de valor agregado entre os participantes no banco de tempo.

Como as moedas sociais apresentam características peculiares, ao relacionarem-se tanto aos estudos de economia solidária quanto aos de teoria monetária, procuraremos apontar argumentos teóricos que as problematizem na perspectiva do desenvolvimento econômico. Na primeira seção, serão analisadas as relações entre moeda e crescimento econômico, partindo basicamente de pressupostos pós-keynesianos acerca da endogeneidade da moeda e sua potencialidade em dinamizar a demanda agregada; consideraremos ali também as premissas teóricas clássicas que enfatizam o papel da moeda como um meio de troca, cujo atributo seria o de garantir o funcionamento do sistema econômico. Ficaria dessa maneira facilitada a distribuição e alocação de recursos, apontando assim os aspectos econômicos benéficos das moedas sociais no nível local. Em seguida, numa segunda seção, proporemos a ideia de abordar a moeda, tanto a nacional quanto as locais, como ativos sociais e institucionais das comunidades, na medida em que isto exige – e enseja – a geração de confiança mútua e recíproca para que os sistemas de trocas locais funcionem. Com efeito, para além de questões meramente “economicistas”, a moeda social supostamente possibilita integração social com adensamento de redes de confiança, inclusão financeira, aumento da autoestima, empoderamento e geração de capital social. Assim sendo, à guisa de conclusão destacaremos que as teorias de desenvolvimento mais difundidas ao longo do século XX são relevantes, mas não suficientes, para abordar a questão das economias locais, dos arranjos solidários, do empoderamento dos indivíduos além do capital social das comunidades. Com isso, o estudo das moedas sociais pode ser inserido nesta nova discussão sobre o desenvolvimento.

2 Endogeneidade da moeda: seu papel no crescimento econômico e nas desigualdades regionais

A moeda, para os economistas neoclássicos, apresenta somente a condição de meio de troca, não tendo, em termos gerais, influência sobre as variáveis reais da economia. As ideias centrais são as de que a oferta gera a renda a qual, invariavelmente, será distribuída em consumo e investimento, e as taxas de juros permitiriam equilibrar os vazamentos da

poupa

nça para os investimentos. Embora na versão de Cambridge da Teoria Quantitativa da Moeda¹ haja espaço para a retenção de liquidez por parte dos agentes, a proporção de moeda guardada seria constante, o que faria com que cada aumento da oferta monetária refletisse somente no aumento dos preços, portanto a renda seria determinada pela oferta. Assim sendo, somente a partir de Keynes (1982), o papel da moeda na alteração dos níveis de renda e produto será sistematicamente considerado pelo *mainstream economics*. Por sua vez, será a corrente pós-keynesiana que aprofundará as considerações acerca do sistema monetário e financeiro em suas interações com aspectos do desenvolvimento econômico, colocando centralidade na teoria da preferência pela liquidez.

Estes autores² aprofundam enunciados já traçados na obra de Keynes, tais como a importância da teoria da demanda efetiva e a influência das expectativas empresariais em sua conformação. Eles consideram que a variável tempo é essencial na determinação da instabilidade da economia capitalista já que, por ser unidirecional, torna as decisões dos agentes irreversíveis, o que os coloca em permanente estado de incerteza. Assim sendo, as decisões dos agentes, caracterizados por sua racionalidade limitada, quanto ao futuro ficam marcadas pelo desejo de segurança, levando as pessoas a optarem pela retenção de uma certa quantidade de moeda.

... a razão dos indivíduos preferirem a moeda em momentos de incerteza decorre do fato que esta tem em oferecer um elevado prêmio de liquidez. Nos momentos de futuro incerto, os agentes preferem postergar suas decisões de investimento, mantendo suas escolhas abertas até o momento que as circunstâncias se tornem apropriadas para inversões (...) A moeda se torna então reserva de valor. Em momentos de incerteza, liga o presente ao futuro garantindo segurança a seus detentores (TADA & ARAÚJO, 2011, p. 03)

Desta forma, quanto maior a preferência pela liquidez, menor será a aplicação monetária em ativos financeiros e menor será a disponibilidade de crédito. Tal fator resulta em insuficiência de demanda agregada, determinando crucialmente baixos níveis de investimento e de geração de renda e emprego. Em suma, de acordo com esta visão, a moeda se torna endógena e não neutra, ao afetar decisivamente as variáveis reais da economia.

¹ Esta versão é comumente associada a Alfred Marshall e a Arthur Pigou, economistas que consideraram a possibilidade de retenção da moeda pelos agentes em sua forma mais líquida. A letra k da equação expressa a proporção de moeda que os agentes retêm em sua forma mais líquida: $M^d = kPy$ (FROYEN, 2009, p. 68).

² Tais como Victoria Chick, Sheila Dow, Paul Davidson, Hyman Minsky entre outros.

o colocarmos tal perspectiva em termos regionais, percebe-se a importância do estado de incertezas e, portanto, do nível de preferência pela liquidez como determinante do nível de crédito e financiamento bancário disponível para localidades distintas. Neste ponto, uma breve digressão acerca de teorias do desenvolvimento deve ser realizada.

As teorias tradicionais de crescimento e desenvolvimento econômico, mesmo quando se preocuparam com as disparidades regionais e com o subdesenvolvimento, deram pouco espaço à questão monetária. Autores como Nurkse (2010) e Rosenstein-Rodan (2010), dão ênfase primordialmente aos aspectos da oferta que obstam o impulso ao desenvolvimento em regiões periféricas. Em linhas gerais, a escassez de capital, a insuficiência de poupança interna, agravada pelo efeito demonstração – enfatizado por Nurkse (2010) – e a baixa produtividade dos fatores explicariam o subdesenvolvimento. Desta forma, uma possível solução seria a adoção de um bloco de investimentos sincronizado em distintas indústrias, o que produziria o “crescimento equilibrado” e geraria rendimentos para impulsionar a demanda interna. Por sua vez, a teoria da convergência expressa argumentos neoclássicos, apontando para a livre mobilidade de capitais e para a tendência ao desenvolvimento equilibrado:

A convergência é uma das principais previsões de crescimento desenvolvido por Solow e Swan, sendo uma implicação do pressuposto da existência de retornos decrescentes para os fatores de produção. Pressupõe ainda que a produtividade do capital seja maior em economias relativamente menos avançadas e com isso, a taxa de crescimento será mais elevada nas regiões com menor estoque de capital, acarretando uma progressiva redução nas diferenças de crescimento entre regiões mais e menos avançadas ... [a] convergência da renda *per capita* pode ser resumida como uma tendência de diminuição contínua, no tempo, das diferenças de renda entre as economias mais avançadas e menos avançadas. Neste caso, a moeda apresenta um perfil exógeno no crescimento econômico. Ela não exerce o papel de puxar e sim alimentar o sistema econômico que se apresenta sob certo automaticismo (sic.), como se uma “mão invisível” coordenasse o processo. (RIBEIRO & MAROUVO, 2011, p. 02)

Todavia, as diferenças em preferências pela liquidez em distintas regiões podem afetar decisivamente os estoques de capital disponíveis para o financiamento de atividades produtivas. Nas regiões periféricas, a preferência pela liquidez é maior ocasionando maior concentração de crédito nas regiões centrais. Assim sendo, ao contrário de uma tendência à convergência, o que se apresenta é uma tendência à concentração e ao aprofundamento da desigualdade regional. Segundo Myrdal (1960, apud Figueiredo, 2009), o processo de expansão cria externalidades em um movimento dinâmico ao longo do tempo. Tais externalidades são mutuamente reforçadas gerando cada vez maior concentração de

investimentos nas áreas centrais. Por sua vez, as regiões periféricas se deterioram através da emigração, da remessa de capitais e da importação. No plano monetário-financeiro tal concentração se expressa no sistema bancário e na maturação do mercado de capitais. Com isto, há maior liquidez nos mercados centrais o que reduz níveis de risco e incerteza, forçando uma baixa nas taxas de juros. Com efeito, isto possibilita financiamentos em larga escala, viabilizando maiores investimentos, reforçando a dinâmica da acumulação e os ímpetus inovadores (Schumpeter, 1982).

3 Moedas sociais e desenvolvimento local: apontamentos teóricos

Nesta seção, pretendemos aplicar as ferramentas teóricas da economia monetária desenvolvidas anteriormente no estudo das moedas sociais. Ademais, pretendemos contextualizar o surgimento das últimas, relacionando-o com as transformações no sistema financeiro mundial empreendidas nos últimos decênios do século XX, além de avançar no esclarecimento de algumas de suas características.

Para Schraven (2001b), a moeda nacional pode não ser capaz de facilitar as transações em nível local. Isto porque a economia de uma região periférica se apresentaria de forma análoga às economias de países subdesenvolvidos na economia capitalista, de modo que seus recursos se apresentariam distribuídos de forma pouco produtiva e com níveis de ociosidade de tal forma que a moeda nacional fatalmente reforçaria tal desigualdade. Pode-se alegar que se um país detém alguma autonomia em sua política monetária, as diferenças de competitividade que causariam um saldo negativo nas transações correntes, poderiam ser equilibradas com uma desvalorização cambial. No caso de regiões periféricas de nível subnacional, este artifício não seria possível, a não ser em caso de adoção de uma moeda social. Esta, com efeito, poderia potencializar o comércio da comunidade aproveitando níveis de capacidade ociosa e refletiria melhor a distribuição de recursos naquela região. Poderia também reter a capacidade produtiva no próprio local inibindo a migração de pessoas e de capitais, bem como poderia alavancar a produção e o comércio de *non-tradables*. A moeda nacional complementaria o movimento de exportação/importação em relação a outras regiões. Enfim, as assimetrias que uma economia localizada e fragilizada pode apresentar frente à moeda nacional, bem como as vantagens de introduzir uma moeda social, são assim resumidas por Schraven (ibid):

When 'money shortages' are localised, an increase in the national money supply may not alleviate the problem completely or may only achieve this at the cost of general inflation. Additionally, local prices may adjust neither rapidly nor sufficiently to 'equilibrate' the local money supply. As settling for generally inefficient barter or non-monetised exchange is clearly undesirable, only the complementary currency option remains. Accordingly, this paper argues that, in a *second-best* world, when the national money fails to facilitate all potential exchanges of a sub-set of the economy that has strong economic interconnections, a *complementary* currency can alleviate this problem. (SCHRAVEN, 2001b, pp. 01-02)

Os argumentos anteriores refletem implicitamente a importância da oferta monetária em dinamizar a economia em nível local, apresentando a moeda como um elemento facilitador do nível de oferta agregada. De qualquer forma, pode-se deduzir destes mesmos argumentos que a adoção de uma moeda local pode aliviar a tendência à concentração financeira ao dinamizar o sistema de trocas e fortalecer a economia, reduzindo a incerteza e a preferência pela liquidez, dado que um dos elementos centrais para a efetivação do uso da moeda social é a geração de confiança entre os agentes:

The store of value in a fiat currency is effectively provided by an implicit provision of credit to the agent who pays with the money. That is, because such money is not backed by any real commodity, its value lies entirely embedded in the trust that the issuing society will repay this debt by accepting the money in return for a service or product. This trust is aided by the legal enforcement of this mutual acceptance. Clearly then, the store of value function of a LETS is logically equivalent to that of a scrip of fiat currency, namely an interest free and tradable form of credit or 'belief' (*credo* in Latin). To illustrate this point, the Capitol Hill babysitting co-op (Sweeney and Sweeney, 1977) issues 30 scrip notes to each new member. Suppose the member spends all thirty scrip, at the standard rate this means a consumption of 15 hours of baby-sitting and subsequently awaits the collapse of the system and refuses to trade. Effectively, the member has been credited with 15 hours of labour, interest free. The scrip's store of value function is provided by the trust and belief that this member will accept scrip at some point in the future, that is, that the credit will be repaid. The argument for fiat money issued by a government, is analogous, albeit on a larger scale. Thus, the store of value function of LETS money is equivalent to that of ordinary money. (SCHRAVEN, 2000, p. 03)

Além da redução das incertezas e seus efeitos na preferência pela liquidez pode-se partir de outros pressupostos keynesianos para analisar as moedas sociais. Se, como Keynes (1982) afirmava, os salários e preços não se ajustam prontamente a aumentos no nível de oferta monetária, haveria, sim, espaço para a política monetária estimular o nível de produto real e, no caso que nos ocupa, a economia local. Como afirmam Menezes e Crocco (2009, p. 373)

A criação de uma moeda que se restringe a circular num determinado limite territorial – principal objeto deste trabalho – desponta como mais uma evidência de

que a moeda não é simplesmente um “véu que encobre as trocas” numa sociedade capitalista, posto que a principal finalidade de um mecanismo como este é conservar e ampliar a riqueza real no local. Ao contrário da moeda nacional, que tem relação de troca com moedas de outros países, a moeda local não tem validade alguma fora daquele espaço, o que significa que o seu uso tem que se dar ali, invariavelmente. Assim, em vez de realizar consumo e investimento em outros lugares, os detentores da moeda local a empregam na economia local, o que a favorece. (Menezes e Crocco, 2009, p. 373)

Destarte, a afirmação acima, combinada com fundamentos teóricos keynesianos, nos permite já inferir que moedas sociais estimulam o nível de produto local, pois representam um meio de troca mais adequado a este tipo de economia. Em outras palavras, incrementam o fluxo de bens e serviços, indo além do já existente na moeda nacional.

Menezes & Crocco (2009) inserem as moedas sociais num quadro mais amplo de “instituições alternativas de acumulação”:

Elas [as instituições alternativas de acumulação] são de tipos variados e poderiam ser classificadas em quatro categorias: 1) bancos de desenvolvimento comunitários, cuja prioridade seria a recuperação da infraestrutura urbana e realização de empréstimos para negócios locais; 2) uniões de crédito, que oferecem pequenos empréstimos individuais e substituem a atuação de bancos de varejo; 3) associações de crédito e poupança, que são agrupamentos informais que captam poupança e se emprestam ao longo do tempo; e 4) sistemas de troca e comércio locais através de uma moeda paralela à nacional, os LETS (*Local Exchange and Trading Systems*). (Ibid, p. 376)

O termo “resistentes à exclusão” não é fortuito. Dado o alto risco e custos que as instituições financeiras tradicionais caracteristicamente enfrentam (ou acreditam enfrentar) ao procurar atingir clientes em nível micro localizado tanto na esfera geográfica como na social, as moedas sociais desempenham um papel de inclusão essencial. Parece, portanto, que no plano estritamente econômico, as moedas sociais apresentam efeito multiplicador de renda no nível comunitário. Dado que não rendem juros, sua aplicação se dá somente na esfera produtiva o que denota este elevado nível multiplicador. Ademais, oferecem proteção à economia local exatamente por não suscitarem este nível de vazamento para a esfera financeira de outras regiões. Em alguns tipos de moedas sociais, tais como bancos de tempo, exerce-se uma espécie de microkeynesianismo quando a administração do banco contrata membros com escassez de moeda (créditos de hora) funcionando como empregador de última instância (MENEZES & CROCCO, 2009; TRIGO, 2012). Este microkeynesianismo,

portan

to, oferece uma proteção face às instabilidades econômicas e financeiras que tem marcado a economia mundial nas últimas décadas. Seria, com efeito, o desdobramento econômico de uma reação social aos ditames da economia global.

Segundo Búrigo (2011), as razões pela proliferação de moedas sociais a partir de fins do século XX seriam: i) o avanço das políticas neoliberais de ajuste estrutural do Estado acarretando desemprego e cortes nos programas sociais; ii) a reação à sociedade de mercado pautada pela financeirização da moeda; iii) a volatilidade dos mercados financeiros e a consequente incerteza econômica gerada por tal característica; iv) o aumento da pobreza e da desigualdade tanto em nível global como dentro dos países; v) a expansão de movimentos sociais que questionam a hegemonia do capitalismo financeiro e vi) as moedas sociais surgindo como desdobramentos de redes de economia solidária.

Com isso, podemos argumentar que a proliferação de moedas sociais pelo globo está ligada às limitações do padrão de desenvolvimento – associado a políticas de redução do estado combinadas com desregulamentação financeira e comercial – vigente na virada do milênio. Elas parecem propiciar uma resposta a tal cenário e a alternativa econômica que propõem consiste num padrão de produção e circulação pautado em imperativos de igualitarismo, solidariedade e justiça. Ademais, é de se notar que, dado o caráter localizado de tais experiências, a questão das assimetrias econômicas regionais são desveladas. Segundo Singer (2009),

A informação de quais bens e serviços são oferecidos e quais são demandados pode ser difundida em algum meio impresso ou eletrônico ou mediante o contato direto entre os prosumidores³. Os produtos e o seu custo na moeda social são exibidos aos interessados, começando imediatamente em seguida a circulação de mercadorias e numerário social entre eles. No fim da sessão, todas as transações são registradas pela direção do Clube, que mais tarde repassará esta informação aos sócios. Desta maneira, o Clube evita que haja assimetria de informações entre os prosumidores, o que deve permitir que todos sócios possam aproveitar em igualdade de condições as oportunidades de trocas vantajosas que surjam no mercado. (SINGER, 2009, p. 72)

Por fim, Búrigo (2011), fazendo um balanço das experiências de clubes de troca argentinos, aponta os principais efeitos causados pela adoção das moedas sociais. Entre eles destacam-se: i) o incremento das trocas e possivelmente fortalecimento do fluxo de renda nas

³ Entende-se por prosumidores as pessoas que são ao mesmo tempo produtores e consumidores de um determinado bem. Tipicamente isto envolve atividades não-lucrativas, solidárias, voluntárias, etc., enfatizando-se que eventuais trocas ficam fora do mercado monetário convencional.

comu

nidades; ii) o aumento da coesão e do sentimento de pertencimento comunitário dentre os membros; iii) a articulação dos grupos na Rede Global de Trocas multiplicou as possibilidades de transações e; iv) manutenção da autonomia entre os clubes evitou a hierarquização entre os mesmos. Todavia, ainda segundo o autor, tais experiências foram bem sucedidas porque atenderam a critérios específicos, tais como o baixo número de participantes (não mais que uma centena) de modo a facilitar a gestão e reforçar a eficiência econômica assim como os laços sociais; uma gestão baseada na participação horizontal de todos os membros, além de um constante estímulo ao engajamento e à participação nos clubes; a perseguição de cada vez maior variedade de bens e serviços oferecidos; a abertura a novas ideias, o que possibilitaria surtos de inovação virtuosos. Em suma, tais experiências estão relacionadas ao esforço de grupos, comunidades e movimentos sociais preocupados e engajados em novas formas de relacionamento econômico. Assim sendo, para além de um mero economicismo, as moedas sociais devem ser enxergadas como parte de um movimento que carrega em si valores e ideologias atuantes na transformação de determinadas realidades sociais. Tais experiências estão, de fato, ligadas a uma preocupação em possibilitar o desenvolvimento local, ainda que em termos não somente materiais.

4 O desenvolvimento vindo de baixo: coesão social, confiança e capital social nos esquemas de trocas locais

Nesta seção pretendemos demonstrar os aspectos das moedas sociais que vão além do que o *mainstream economics* se propõe a analisar. Aqui aspectos sociais e locais do desenvolvimento local serão enfatizados. Há muitos estudos que enfatizam a importância cada vez maior das redes sociais locais nos processos de desenvolvimento. Segundo Evans (2008), investimentos em capital humano são necessários em um desenho institucional que permita uma deliberação mais democrática acerca dos rumos do desenvolvimento, agora mais atrelado ao desenvolvimento das capacidades humanas. Isto, por suposto, não retira a importância dos investimentos públicos e da condução do estado nos rumos da economia. A diferença é que agora, as sinergias entre comunidades e famílias são essenciais no que se refere à coprodução e ao fortalecimento de redes e de decisões econômicas, políticas e sociais que partam de baixo para cima.

Na mesma tendência Woolcock (1998), relativiza a importância do capital físico e humano para o desenvolvimento econômico. Segundo ele, tais requisitos – embora relevantes

necessários – teriam pouca importância se não pudessem ser disseminados pela sociedade. Evidentemente isto requer que os indivíduos estejam inseridos em redes e grupos, nos quais a comunicação e a circulação de informações e ideias sejam facilitadas. Cada indivíduo está inserido num grupo ou comunidade que pode lhe fornecer acesso a redes sociais profissionais, políticas e culturais. Assim sendo, a definição de capital social pode ser resumida da seguinte maneira:

... a broad term encompassing the norms and networks facilitating collective action for mutual benefit. *Ceteris paribus*, one would expect communities blessed with high stocks of social capital to be safer, cleaner, wealthier, more literate, better governed, and generally ``happier" than those with low stocks, because their members are able to find and keep good jobs, initiate projects serving public interests, costlessly monitor one another's behavior, enforce contractual agreements, use existing resources more efficiently, resolve disputes more amicably, and respond to citizens' concerns more promptly. (WOOLCOCK, 1998, p. 155)

Embora um conceito abrangente e disputado por diversas correntes de teóricos⁴, há um relativo consenso de que a existência de capital social é boa para as sociedades em aspectos multifacetados que vão desde o engajamento político ao desenvolvimento econômico. Todavia, se os laços comunitários são tão grandes de modo a exigir enormes sacrifícios dos indivíduos e/ou o decorrente fechamento do grupo a outras redes, a existência excessiva deste capital social pode ser nociva. Novas janelas de oportunidades podem ser perdidas a partir de inovações, oportunidades de negócios e mudanças culturais que venham de fora. Assim sendo, o papel do capital social no desenvolvimento local deve ser enfatizado, mas seus limites também devem ser apontados. As moedas sociais, com efeito, parecem contribuir com medidas razoáveis e eficazes de capital social na medida em que se constituem primordialmente como elos de troca e, portanto, com atributos comerciais, financeiros e econômicos, sem agregar em seu bojo características de nacionalidade, religiosidade ou etnicidade.

Da mesma forma, Ostrom *et al*, (2001) atribuem uma série de benefícios a projetos comunitários. Seus estudos dão a entender a importância de capital social para o bom funcionamento dos serviços públicos tais como saneamento básico, educação, saúde e outros. É preciso salientar que os benefícios da produção em comum devem exceder seus custos em organização, fiscalização e punição dos indivíduos que violem as regras.

⁴ Para uma revisão teórica do conceito de capital social, ver Woolcock (1998).

Thus, farmers with long-term ownership claims, who can communicate, develop their own agreements, establish the positions of monitors, and sanction those who do not conform to their own rules, are more likely to grow more rice, distribute water more equitably, and keep their systems in better repair than is done on government systems. (OSTROM, p. 04, 2002)

Experiências completamente individualistas podem sacrificar recursos naturais e criar externalidades negativas para os vizinhos, da mesma forma que projetos liderados de forma unidirecional pelo governo causam pouco efeito na medida em que seus projetos se baseiam em alta técnica e engenharia sofisticada, enquanto que as faculdades tecnológicas e produtivas dos membros da comunidade não se compatibilizam com tal demanda. Assim, têm pouco a contribuir com a manutenção dos empreendimentos.

Adicionalmente, aplica-se aqui uma noção de desenvolvimento ampla e que empresta conceitos de Amartya Sen (2000), como os de capacidades humanas, *agency* e “desenvolvimento como liberdade”. Com efeito, considerações acerca de moedas sociais – e da economia solidária em geral – se inserem no redirecionamento conceitual que as teorias do desenvolvimento vêm passando nos últimos decênios. Tal redirecionamento retira a ênfase excessiva no crescimento econômico, nas teorias de *catch up* industrial e nas narrativas histórico-estruturalistas. Todas estas de grande fôlego no âmbito histórico narrativo e macroestruturais do ponto de vista econômico, social, institucional, geográfico. No caso aqui analisado, porém, pensamos o desenvolvimento como também – e peremptoriamente – propiciado pelo empoderamento das pessoas, suas redes de relações sociais, suas capacidades, liberdades etc. Isto porque o aquecimento das economias locais que as moedas sociais suscitam, assim como o aumento do contato entre os indivíduos, pode fortalecer a condição de agentes dos membros envolvidos:

Ampliar as liberdades dos indivíduos é fomentar e respeitar a sua condição de livre agir com base na razão. No arcabouço conceitual do desenvolvimento como liberdade, o desenvolvimento é um processo que envolve fundamentalmente a condição de agente das pessoas. Contudo, a condição de agente pode ser limitada por vários fatores “externos”, como a pobreza, a tirania política, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis etc. Por isso, uma parte importante das políticas de desenvolvimento consiste em identificar e combater fatores como esses, chamados por Sen de “fontes de privação das liberdades dos indivíduos”. (PINHEIRO, p. 14, 2012)

Ora, se as moedas sociais têm a capacidade de combater a exclusão financeira, inserindo pessoas no sistema produtivo local e, em alguns casos, no acesso ao crédito, as

privaç

ões básicas elencadas por Sen (2000) podem ser dirimidas ou sanadas, de modo que o agente possa emergir. Neste aspecto a busca pelas liberdades substantivas – como conhecimento, liberdade de expressão, boa saúde, etc. – pode ser facilitada pela participação em esquemas de moedas sociais, já que estes podem ocasionar liberdades instrumentais, tais como acesso a crédito, renda e outras disponibilidades econômicas; garantias de transparência que significam confiança e interação social entre indivíduos; assim como as oportunidades sociais advindas desta interação.

Com efeito, outros autores como Singer (2009), Seyfang (2004; 2006), Panther (2012), Miller (2008) e Ozzane & Ozzane (2009) apontam para o fortalecimento dos laços de interação, confiança e solidariedade entre os participantes de organizações de moeda social. Como o funcionamento das trocas depende da confiança – já que não existe mecanismo de juros para proteção ao risco – os bancos e/ou administradores promovem reuniões e encontros que estimulam a participação e a interação entre os membros. Segundo Nakazato & Hiramoto (2012), as experiências de moedas sociais baseiam-se em motivações de reciprocidade, redistribuição e sustentabilidade, o que coloca indagações mais amplas para a agenda de pesquisa acerca do desenvolvimento.

In sum, researchers of community currency must establish a “social” approach towards it. An analysis capable of empirically explaining the “social” realities of transactions as well as the nature of effects brought to communities needs to be conducted. As for the former, the employment of a new economic-sociology approach can be cited as a candidate (Nakazato, 2007). This approach analyzes economic actions conducted in social structures, particularly from the viewpoint of “embeddedness” into a social network structure surrounding the actor. (NAKAZATO & HIRAMOTO, 2012, p. 125)

Deve-se mencionar, também, que a maior parte das trocas consiste na realização de serviços, o que força necessariamente o contato pessoal. Outros benefícios como a geração de novas habilidades – ou o aumento de habilidades prévias – em pessoas possivelmente excluídas do mercado de trabalho, assim como reforço da autoestima e da coesão social, conduzem ao empoderamento tanto individual quanto coletivo. Por fim, ainda nas palavras consensuais destes autores, a geração de capital social parece ser uma constante em organizações deste tipo, o que inclusive permite revitalização de comunidades degradadas e periféricas.

5 Considerações finais

As moedas sociais devem ser encaradas como mecanismos de indução do desenvolvimento socioeconômico tanto por suas características propriamente monetárias e econômicas, como por questões sociais. A própria noção de desenvolvimento já não comporta tão somente preocupações acerca do crescimento econômico e da industrialização em níveis macroeconômicos e macrosociais. Questões relativas à economia local e a atributos como capital social e coprodução entram na agenda de uma preocupação mais disseminada e democrática acerca dos rumos da economia.

Assim sendo, as análises sobre moedas sociais devem conter sérios esforços no sentido de teorização econômica, procurando enfatizar os aspectos do desenvolvimento desigual causado pelas assimetrias na distribuição de recursos financeiros. Neste sentido, a teoria pós-keynesiana fornece um valioso arsenal teórico ao colocar a preferência pela liquidez como elemento central na disponibilidade de recursos para o financiamento de atividades produtivas. Destarte, regiões mais pobres, dado o maior nível de incerteza dos agentes, tendem a reter maior liquidez, inviabilizando a disposição de somas de recursos para o sistema de crédito. Por sua vez, vale mencionar que a moeda não deixa de exercer seu atributo como meio de troca e, neste sentido, as moedas sociais parecem refletir melhor as condições de oferta de bairros ou comunidades.

Em suma, se considerarmos as moedas sociais no âmbito da economia solidária, notaremos que seus benefícios sociais serão consideráveis. Há evidências de revitalização de áreas pobres, dado que a geração de capital social que elas suscitam acarreta adensamento da confiança e das relações entre os membros daqueles pequenos sistemas monetários. Com efeito, acaba ocorrendo um entrelaçamento entre os benefícios econômicos e sociais na adoção de moedas sociais nas localidades concernentes.

6 Referências

BÚRIGO, F. L. Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária. **Justributário** (Fortaleza), v. XI, p. 1-31, 2011.

FIGUEIREDO, A. T. L. O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual: uma abordagem pós-keynesiana. **Análise Econômica**, 27 (52): 185 - 200, 2009.

YEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva. 1999.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

MILLER, E. J. **Both borrowers and lender: time banks and the aged in Japan 2008**. 315 f. Tese (Doutorado) – Australian National University, 2008.

NAKAZATO, H; HIRAMOTO, T. An empirical study of the social effects of community currencies. **International Journal Of Community Currency Research**. Volume 16 (D) 124-13, 2012.

NURKSE, R. “Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico”. In A.N. AGARWALA & S.P. SINGH, Eds., **A Economia do Subdesenvolvimento**. RJ: Contraponto, p. 277-291, 2010.

OSTROM, E et al. **Protecting the Commons: A Framework for Resource Management in the Americas**. Washington, DC: Island Press, 2001.

_____. Reformulating the Commons. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

OZANNE, L.K; OZANNE, J.L. **Relational Exchange within a Community Time Bank**, 2009. Disponível em: <http://www.marketing.pamplin.vt.edu/facultyFolder/julieOzanne/01socialwebsite/professional/researchpapers/2009%20ANZMAC%20Relational%20Exchange%20within%20a%20Community%20Time%20bank.pdf>

PANTHER, J (2012) 'It ain't what you do (It's the way that you do it)': **Reciprocity, co-operation and spheres of exchange in two community currency systems in the North of England**. Durham theses, Durham University. Available at Durham E-Theses Online: <http://etheses.dur.ac.uk/4935/>

PINHEIRO, M.M.S. As liberdades humanas como bases para o desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. **Texto para discussão 1794. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2012.

RIBEIRO, A. C.; MAROUVO, C. C. O Papel da Moeda no Processo de Desenvolvimento Econômico Regional. In: **XVI Encontro Regional de Economia**, 2011, Fortaleza. XVI Encontro Regional de Economia, 2011.

ROSENSTEIN-RODAN, P.N. “Problemas de Industrialização da Europa do Leste de do Sudeste”. In A.N. AGARWALA & S.P. SINGH, Eds., **A Economia do Subdesenvolvimento**. RJ: Contraponto, p. 265-275, 2010.

SCHRAVEN, J. The economics of local exchange and trading systems: a theoretical perspective. **International Journal of Community Currency Research**, v. 4, 2000. Disponível em: <www.geog.le.ac.uk/ijccr/>

SCHRAVEN, J. **The economics of community currencies**: a theoretical perspective. Unpublished Honours Thesis—Oxford University, 2001b. Disponível em: <www.jorim.nl/economicscommunitycurrencies.html>. Acesso em: Setembro 2014.

SCHUMPETER, A. J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. SP: Companhia das Letras, 2000.

SEYFANG, G. Time banks: rewarding community self-help in the inner city? **Community Development Journal**, Vol 39 No 1 January 2004 pp. 62–71.

_____. Time banks and the social economy: exploring the UK policy context. **Centre for Social and Economic Research on the Global Environment**, School of Environmental Sciences, University of East Anglia, Norwich, UK. Working Paper EDM 06-01, 2006.

SINGER, P. Finanças Solidárias e Moeda Social. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. V. B. (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

TADA, G.; ARAUJO, E. C. Crédito, Moeda e Desenvolvimento Regional à Luz da Teoria Pós-Keynesiana da Não-Neutralidade da Moeda. In: **XIV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL ANPEC SUL, 2011**, Florianópolis - Santa Catarina. Anais do XIV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL ANPEC SUL, 2011.

TRIGO, J. **Bancos de Tiempo de Nueva Generación**. Bancos de Tiempo 2.0, 2012.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**. 27:151-208, 1998.



**3rd International Conference
on Social and Complementary Currencies**
October 27th - 30th 2015

Management School at Federal University of Bahia - Salvador, Brazil